



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639987 - MG (2021/0012417-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : LOURENCO LUQUE
ADVOGADO : LOURENÇO LUQUE - SP187972
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : THIAGO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.570695-5/000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes de estelionato, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto o paciente ostenta condições pessoais favoráveis, como primariedade e bons antecedentes, residência fixa e profissão definida.

Aduz, ainda, que a decisão ora questionada não estaria devidamente fundamentada.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou, de forma fundamentada, a necessidade de manutenção da prisão contra o paciente (e-STJ fls. 30/33):

"Segundo consta nos autos, os Pacientes foram presos pela suposta prática dos delitos de organização criminosa, lavagem de dinheiro e estelionato.

Nesse parâmetro, o Ilustre Magistrado a quo inseriu substancial informação na decisão que decretou a prisão preventiva dos Pacientes, que deve ser sopesada, in verbis:

"(...) O investigado Igor Mykhail Liberato teria sido identificado através da conexão com os sites estelionatários www.officeleiloes.com, www.belileiloes.com e www.interativeleiloes.com.

Segundo

consta na representação, há conexão originada através de terminal telefônico em nome de Lorenai Zaparollo Liberato, esposa de Igor, através do número + 55 11 947475231, utilizado na conexão com a internet, pertencente ao investigado Igor. Afirma que o e-mail vinculado ao cadastro de hospedagem do site falso teria sido criado por Igor, conforme IP de criação da conta Google, em formato IPV, também originado de modem de internet residencial de sua esposa Lorenai, com e-mail de Igor cadastrado na operadora: igorliberato@gmail.com. Sustenta que Igor exerceria a função de liderança em relação aos demais integrantes do núcleo da organização criminosa em São Paulo. Narra que em diversos áudios Igor teria manifestado conhecimento técnico na alimentação e manutenção de sites, bem como teria ensinado outros integrantes a gerenciá-los e atualizá-los.

O investigado Luis Fernando Tavares Raineri teria sido identificado com relevante participação no grupo criminoso, sendo, supostamente, o administrador de sites falsos de leilões de veículos.

O investigado Thiago dos Santos, conhecido como Tico, também seria administrador de sites falsos de leilões. Segundo a representação, diversos diálogos captados apontam sua participação dos crimes. (...)” (Ordem 13)

Nesse parâmetro, vislumbra-se que a manifestação judicial da Juíza Singular, apontada como Autoridade Coatora, diversamente do que sustenta a impetração, não ostenta ilegalidade, pois, está avalizada por um farto conjunto de elementos colhidos na investigação policial, aptos a conduzir à tranquila convicção de que soltos, poderão os Pacientes envidar novas práticas delitivas e, sem sombra de dúvidas, intimidar a escorreita instrução criminal.

[...]

Lado outro, das provas indiciárias até então colacionadas no âmbito investigativo, pode-se extrair elementos aptos a demonstrar a materialidade delitiva e, da mesma forma, indícios da autoria, de modo que o estado prisional do Paciente, em uma primeira visão, não está distanciado do disposto no artigo 312 do Código Processual Penal, mormente o que se vê da leitura da representação pela prisão preventiva de Ordem 13.

Ainda que a prisão provisória seja uma medida extrema, certo é que em casos excepcionais, como a dos autos, a ordem pública prevalece sobre a

liberdade individual, o que por si só afasta o alegado constrangimento ilegal dos Pacientes.

De mais a mais, o art. 313, I do CPP permite a prisão cautelar quando tratar-se de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos, conforme ocorre no caso em análise, em que são imputados ao paciente a possível prática dos delitos de organização criminosa, lavagem de dinheiro e estelionato.

Neste viés, não vejo possibilidade de aplicação de qualquer outra medida cautelar que não seja a extrema, sendo necessária, inclusive, a sua manutenção (artigos 282, § 6º, e 319, ambos do Código de Processo Penal, com a redação determinada pela Lei nº.12.403/2.011)."

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência